

# POVO LIVRE

LUÍS MONTENEGRO

INDIGITADO

PRIMEIRO-MINISTRO

O Presidente da República indigitou, no dia 29 de maio de 2025,  
o Presidente do PSD como Primeiro-Ministro



06 PSD

## CONSELHO NACIONAL APROVA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE LUÍS MARQUES MENDES

O Conselho Nacional aprovou, dia 29 de maio, o apoio do PSD à candidatura presidencial de Luís Marques Mendes por larga maioria, registando-se apenas um voto contra

09 PARLAMENTO

## JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO REELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

José Pedro Aguiar-Branco foi reeleito, dia 3 de junho, Presidente da Assembleia da República, com 202 votos a favor, 25 brancos e três nulos, na primeira reunião plenária da XVII Legislatura

18 REGIONAIS

## GOVERNOS DO PS FORAM NEGLIGENTES NO TRANSPORTE AÉREO AÇORES-CONTINENTE

José Manuel Bolieiro manifestou-se satisfeito por “finalmente” o Estado cumprir uma obrigação que “negligenciou desde 2015”, nos governos PS, com as obrigações de serviço público aéreo no arquipélago

# TEMOS GOVERNO

**A partir desse momento, a AD retomará o excelente trabalho que vinha fazendo na condução de Portugal para um futuro de crescimento económico e de desenvolvimento e bem-estar social.**

**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre



Estas linhas que aqui se apresentam não são as que, inicialmente, haviam sido escritas.

Na primeira versão, discorria sobre o arranque da nova legislatura, das expectativas suscitadas pela nova composição parlamentar, da enorme responsabilidade que as bancadas do PSD e do CDS assumiam no novo contexto, pela exigência superlativa de terem de assegurar pontes de diálogo com as oposições e de serem alicerces inabaláveis para a estabilidade que os portugueses exigem e merecem.

Referia, também, a forma exemplar como decorreu a justíssima (re)eleição de José Pedro Aguiar-Branco para Presidente da Assembleia da República, um garante de sobriedade na condução dos trabalhos parlamentares para os próximos quatro anos.

Mas a ida de Luís Montenegro ao Palácio de Belém, no início da tarde desta quarta-feira, para apresentar o novo elenco governativo justifica a reescrita deste editorial, ainda para mais conhecendo-se agora os nomes que o vão compor – e há razões para dizer que temos um excelente Governo.

Há um conhecido aforismo que recomenda que não se mexa em equipa que ganha, mas circunstâncias de diferente índole permitiram a Luís Montenegro

reforçar o Executivo com três nomes de reconhecido mérito e percurso: Gonçalo Martins, o novo ministro Adjunto e da Reforma do Estado; Maria Lúcia Amaral, a nova ministra da Administração Interna; e Carlos Abreu Amorim, como ministro dos Assuntos Parlamentares.

Estes novos rostos integram um elenco que, na sua maioria, se mantém do governo anterior, sinal, por si só, da estabilidade e da confiança que o governo quer reforçar. Ainda assim, é pertinente realçar dois ajustes de grande significado: um, a junção da pasta da Economia à da Coesão Territorial, ambas tuteladas a partir de agora por Manuel Castro Almeida; outro, o facto de Margarida Balseiro Lopes assumir, juntamente com a Juventude e o Desporto, a pasta da Cultura.

No final desta semana, com a lista de secretários de Estado que será apresentada entretanto, estarão reunidas as condições para se avançar com a tomada de posse antes do próximo dia 10 de junho, como é desejo expresso do chefe de Estado. A partir desse momento, a AD retomará o excelente trabalho que vinha fazendo na condução de Portugal para um futuro de crescimento económico e de desenvolvimento e bem-estar social.

**Portugal não vai mesmo parar.**

# PRESIDENTE DA REPÚBLICA **INDIGITOU** **LUÍS MONTENEGRO COMO** **PRIMEIRO-MINISTRO**

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, indigitou no dia 29 de maio de 2025 o presidente do PSD, Luís Montenegro, como Primeiro-Ministro, após ter ouvido novamente os três maiores partidos com representação parlamentar sobre a formação do novo Governo.





"Atentos os resultados das eleições para a Assembleia da República, ouvidos os partidos políticos nela representados, nos termos constitucionais, e assegurada a viabilização parlamentar do novo Executivo, o Presidente da República indigitou hoje o Dr. Luís Montenegro como primeiro-ministro do XXV Governo Constitucional", revelou a nota publicada no portal da Presidência da República na Internet perto das 18h30 de quinta-feira.

A indigitação do Primeiro-Ministro aconteceu 11 dias depois das eleições legislativas antecipadas de 18 de maio, que a coligação AD (PSD/CDS-PP) venceu as eleições.

Luís Montenegro garantiu que o Governo terá como parceiro preferencial de negociações "os portugueses". "Nós não vamos celebrar nenhum acordo permanente de governação nem de incidência parlamentar com nenhuma força política, vamos dialogar com todas as forças políticas na procura das melhores soluções legislativas e governativas para responder às necessidades das portuguesas e dos portugueses e contamos com

todos, como é natural", afirmou Luís Montenegro, após a audiência a sós de cerca de uma hora com o Presidente da República, e já depois de ter sido publicada uma nota oficial no site de Belém a dar conta da conta da sua indigitação.

"Evidentemente que eu sei quais são aqueles que se apresentam à partida com maior capacidade de poder denotar maturidade política, responsabilidade política, mas todos têm condições para poder ajudar o país, Portugal, as portuguesas e os portugueses a terem mais bem-estar, mais qualidade de vida e não excluimos ninguém nesse trabalho", acrescentou.

O Primeiro-Ministro assinalou que "o Governo vai, portanto, dar sequência ao trabalho que veio realizando ao longo do último ano, estamos absolutamente focados em dar resposta às principais preocupações das portuguesas e dos portugueses".

Elencou o crescimento da economia e criação da riqueza para poder continuar "a aumentar os rendimentos de trabalhadores e pensionistas"

e a capacidade das empresas atraírem novos investimentos. "Vamos continuar a transformar o Serviço Nacional de Saúde, a dar qualidade e exigência à escola pública, a executar o nosso plano de investimento público no setor da habitação, a favorecer a mobilidade dos portugueses, a dar regulação e dignidade no setor da imigração, a reforçar o policiamento de proximidade e o sentimento de segurança dos portugueses, a apostar numa política fiscal que possa ser um dos fatores de retenção do nosso capital humano, em particular dos mais jovens", ressaltou.

"Nós vamos cumprir a nossa responsabilidade de governar, aos partidos da oposição cabe cumprir a sua responsabilidade de colaborarem com o Governo e de apresentarem as suas alternativas e de se oporem ao Governo também. A democracia é isso, a democracia é também o diálogo político, nós estamos absolutamente abertos para dialogar, é a tolerância, é o espírito de fazer prevalecer o interesse nacional, é o sentido de responsabilidade, eu conto com o sentido de responsabilidade de todos", concluiu.





# CONSELHO NACIONAL APROVA CANDIDATURA PRESIDENCIAL DE LUÍS MARQUES MENDES

O Conselho Nacional aprovou, dia 29 de maio, o apoio do PSD à candidatura presidencial de Luís Marques Mendes por larga maioria, registando-se apenas um voto contra.

No discurso de abertura, o Presidente do PSD destacou a *"isenção política"* e os *"princípios"* que regem o candidato à Presidência da República. *"Ficaremos em muito boas mãos para podermos projetar em cinco anos um período de regular funcionamento das instituições, sabemos com o que podemos contar, sabendo que não vem daí nenhuma surpresa"*, afirmou.

Perante os conselheiros nacionais, Luís Montenegro recordou que o 42.º Congresso Nacional traçou um perfil para o apoio do PSD a um candidato presidencial. *"Temos alguém do nosso espaço político que é um anterior presidente do PSD, uma pessoa altamente qualificada que nós conhecemos muito bem e que o país também conhece bem e que apresenta características que são muito consentâneas e adequadas ao exercício da função do Presidente da República"*, disse.

Por outro lado, Luís Montenegro considera que o antigo líder do PSD *"conhece muito bem o alcance das competências do Presidente da República, conhece muito bem a forma como os órgãos de soberania se devem relacionar e como a estabilidade política e a governabilidade do país também dependem da magistratura de intervenção da Presidência da República"*.







## A nossa prioridade é resolver os problemas das pessoas

Na quinta-feira, no Conselho Nacional do PSD, em Lisboa, o Primeiro-Ministro começou por agradecer aos órgãos nacionais o trabalho que foi feito durante a campanha eleitoral e que culminou na vitória “inequívoca” da coligação PSD/CDS nas eleições de 18 de maio. “Nós aumentámos a nossa diferença de mandatos parlamentares de dois para 31, relativamente ao 2.º classificado, e de 30 para 33 relativamente ao 3.º classificado nestas eleições”, precisou.

Luís Montenegro apelou ainda aos futuros membros do Governo para resolverem problemas, revelando que haverá diálogo e cooperação com todos as forças vivas da sociedade. “Vamos dar primazia absoluta ao crescimento económico, aumen-

tar o rendimento das famílias e das empresas. Queremos reinvestir os nossos recursos para tornar a nossa economia mais produtiva”, declarou.

Sobre a revisão constitucional, sublinhou que se trata de “um assunto arrumado”. “A revisão constitucional não é prioridade. Eu não me lembro de ter discutido isso na campanha eleitoral. (...) Lá chegaremos. Também não estou a dizer que vai ficar para as calendas. Estou a dizer que não é para agora. Lá chegaremos. Quando houver condições e quando nós tivermos o país com as suas orientações e as suas prioridades devidamente alinhadas. E há tempo para tudo”, salientou.

O líder do PSD definiu a administração pública como trave-mestra da governação do país, isto é, pretende

tornar a administração do Estado “menos burocrática”, para tornar o país produtivo e competitivo e para que os cidadãos depositem mais “confiança nas instituições públicas”. “Nós viemos para o Governo para vencer obstáculos. (...) Vamos lançar um procedimento sem nenhuma comparação com todos os esforços que já fizemos até hoje para tornarmos a nossa administração menos burocrática e para mobilizarmos o país para uma estratégia de confiança no funcionamento das instituições públicas”, disse.

Os conselheiros nacionais aprovaram ainda o Relatório de Gestão e Contas de 2024 do partido, por larga maioria, assinalando-se uma abstenção.



# JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO REELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**José Pedro Aguiar-Branco foi reeleito, dia 3 de junho, Presidente da Assembleia da República, com 202 votos a favor, 25 brancos e três nulos, na primeira reunião plenária da XVII Legislatura.**

O antigo ministro da Defesa e da Justiça, advogado de profissão, que encabeçou a lista da AD no círculo de Viana do Castelo, foi o único candidato ao cargo, proposto pelo PSD.

O Regimento determina que "é eleito presidente da Assembleia da República o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos dos deputados em efetividade de funções" – 116 em

230 – e que a respetiva eleição "tem lugar na primeira reunião plenária da legislatura".

Participaram nesta votação os 230 deputados em funções.

Após o anúncio dos resultados, aplaudidos de pé pelas bancadas do PSD e do CDS-PP, o Presidente da Assembleia da República reeleito foi cumprimentar os líderes parlamentares, líderes partidários e deputados únicos.

José Pedro Aguiar-Branco superou as votações dos seus antecessores, nomeadamente Assunção Esteves, do PSD, que foi eleita com 186 votos, em 2011, Eduardo Ferro Rodrigues, do PS, que foi eleito com 120, em 2015, e reeleito com 178 votos, em 2019, e Augusto Santos Silva, do PS, que foi eleito com 156 votos, em 2022.

## Primeira sessão plenária da XVII legislatura

A primeira sessão plenária da XVII legislatura durou cerca de seis minutos e foi conduzida pelo Presidente do Parlamento cessante e recandidato ao cargo, José Pedro Aguiar-Branco.

A sessão começou pelas 10h11 de terça-feira, 3 de junho, e com o líder parlamentar do PSD, o partido mais votado, a tomar a palavra. "Quería, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, aproveitar para desejar a todos um excelente mandato", referiu Hugo Soares, frisando que a todos os 230 deputados eleitos em 18 de maio une o objetivo de "olhar para as pessoas e melhorar as suas condições de vida no dia a dia".

Em seguida, e seguindo a tradição parlamentar, convidou o Presidente do Parlamento cessante – e também recandidato ao cargo José Pedro Aguiar-Branco – a conduzir os trabalhos.

José Pedro Aguiar-Branco convidou para o coadjuvar na condução dos trabalhos os deputados Germana Rocha (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (Chega), que exerceram funções de secretários da Mesa na última legislatura.

Hugo Soares anunciou que será novamente candidato a Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.



# PAULO CUNHA DEFENDE PRAGMATISMO EUROPEU E INCENTIVOS À COMPETITIVIDADE AUTOMÓVEL

***O eurodeputado do PSD participou na conferência “O Carro do Futuro”, promovida no CNN Portugal Summit. Um debate que juntou decisores políticos e líderes empresariais para abordar o papel da Europa na transformação global da mobilidade.***

No painel “O Futuro da Indústria Automóvel na UE”, Paulo Cunha advertiu que *“o nosso caminho tem de ser competir – mas competir melhor do que nos últimos tempos”*.

Embora reconheça que a eletrificação mundial abre oportunidades significativas, o eurodeputado alertou que *“durante muito tempo, supusemos que as metas ambientais europeias se espalhariam pelo mundo; porém, a experiência mostra que, sem condições competitivas claras, as empresas deslocam-se – e nem o planeta nem a economia europeia beneficiam”*.

Para inverter essa dinâmica, Paulo Cunha apresentou um triplo conjunto de incentivos. Primeiro, apontou a necessidade de incentivos financeiros robustos e estáveis, tanto ao nível dos apoios como dos benefícios fiscais. Depois, considerou ur-

gente simplificar a regulamentação e uniformizar normas, elogiando a actual revisão da lei europeia – *“menos porção normativa, mais abordagens omnibus”*. Por fim, salientou o chamado *“28.º regime”*: um conjunto de normas comunitárias que têm sido adicionais para além das 27 legislações nacionais e não deveriam, pois dificultam a concretização do mercado único. O mercado único europeu, apesar de abranger cerca de 450 milhões de consumidores, mais do que os Estados Unidos, continua longe de atingir todo o seu potencial.

A concluir, Paulo Cunha apelou a um verdadeiro virar de página, assente na capacidade secular da Europa para produzir, liderar e contagiar positivamente o mundo. *“Precisamos de confiar na nossa capacidade de liderança e aplicar medidas com impacto concreto no terreno”*.

# CERÂMICA PORTUGUESA INVADE PARLAMENTO EUROPEU, EM BRUXELAS

**Vinte e três peças representativas de outras tantas cidades e vilas portuguesas estão, a partir de hoje, em exposição no Parlamento Europeu, em Bruxelas.**

A exposição *"Portugal Cerâmico"* é apadrinhada pelo eurodeputado Hélder Sousa Silva, numa organização conjunta com a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (APTCVC).

Da olaria ao figurado, são 23 obras de arte que dão a conhecer aos europeus a expressão cultural da cerâmica portuguesa. O barro que as mãos dos artesãos transformam em figuras do quotidiano, utensílios, peças decorativas ou figuras do imaginário, é trabalhado ao vivo no terceiro piso do Parlamento Eu-

ropeu, pelos artesãos José Luís Pires e Fernando Russo, oriundos de Mafra e Barcelos, respetivamente.

Na sessão de abertura, o eurodeputado Hélder Sousa Silva, membro da Comissão da Cultura e da Educação (CULT) do Parlamento Europeu, explicou que *"apesar de um país pequeno, Portugal é, atualmente, o segundo produtor mundial de cerâmica de mesa e decorativa"*, pelo que esta exposição *"é apenas uma pequena mostra da variedade e diversidade de formas cerâmicas existentes no nosso país, e é também uma forma*

*de celebramos a arte e a cultura portuguesas"*. Nas palavras do eurodeputado, *"a olaria e arte cerâmica possuem uma herança e um património que são indissociáveis da arte, da cultura e da identidade portuguesas"*.

Esta mostra, além de prestar um justo tributo a este setor de atividade, com mais de 20 mil postos de trabalho no nosso país, evidencia a sua vitalidade. No entanto, alertou Hélder Sousa Silva, *"assegurar a sobrevivência e o dinamismo do setor é um desafio que cumpre ultrapassar. Este é um desígnio de todos: artesãos,*

*trabalhadores, empresários, associações, Municípios, Governo nacional e União Europeia"*. Da parte da União Europeia, explicou o eurodeputado eleito pelo PSD, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram o Regulamento relativo à proteção das indicações geográficas de produtos artesanais e industriais que, a partir de 1 de dezembro de 2025, garante um sistema de proteção das Indicações Geográficas à escala da União Europeia.



## Embaixador de Portugal na Bélgica classifica como “uma iniciativa louvável”

O embaixador de Portugal na Bélgica, Pedro Cabral, presidiu à inauguração e classificou-a como “*uma iniciativa louvável do eurodeputado Hélder Sousa Silva, que reforça a presença e identidade de Portugal no panorama europeu*”. Segundo o embaixador, “*a promoção do artesanato português no contexto internacional é essencial para valorizar uma tradição secular, enaltecendo a excelência dos artesãos nacionais e afirmando o papel singular que este saber-fazer ocupa num mundo cultural em constante evolução*”.

A cerâmica como expressão das vivências e das necessidades da vida dos portugueses, quer como

elemento essencial do quotidiano das populações desde a origem da nacionalidade, na construção das suas habitações e de objetos de uso, bem como à expressão do seu culto religioso ou às formas artísticas mais sublimes ou ingénuas, esteve sempre presente no dia a dia do nosso país. É essa expressão artística que o eurodeputado Hélder Sousa Silva quer dar a conhecer aos 27 Estados-membros da União Europeia, assim como os diferentes tipos de cerâmica que possuímos, cada um com características e aplicações específicas, como o barro, o grés, a porcelana e a terracota.



## Parceria com a APTCVC

A exposição “*Portugal Cerâmico*” é da Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica (APTCVC), criada em Mafra, em 2018, com o propósito de valorização e divulgação do património cultural e histórico cerâmico português. Atualmente, a APTCVC é constituída por 31 municípios, que abrangem um vasto território nacional de notória atividade cerâmica, que vai da ancestral e singela produção oleira artesanal, passando pelas louças decorativas e delicadas porcelanas, à contemporânea cerâmica de autor. Desde finais de 2021, a APTCVC integra uma das mais importantes plataformas da cerâmica mundial, o Agrupamento Europeu Territorial das Cidades Cerâmicas (AeuCC), o qual acolhe os congéneres nacionais de Itália, França, Espanha, Roménia, Alemanha e República Checa, totalizando quase centena e meia de cidades cerâmicas.

No Parlamento Europeu, em Bruxelas, até ao final da semana, e graças a esta exposição, estão representados pela cerâmica 23 municípios portugueses. São eles: Alcobaça, Aveiro, Barcelos, Caldas da Rainha, Castelo Branco, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Covilhã, Crato, Fundão, Ílhavo, Leiria, Loures, Mafra, Montemor-o-Novo, Oliveira do Bairro, Redondo, Tondela, Viana do Alentejo, Viana do Castelo, Vila Franca do Campo, Vila Nova de Poiares e Vila Real.

Ao vivo, a trabalhar o barro no espaço da exposição, estão os ceramistas José Luís Silva Pires, oriundo de Mafra, dedica-se à cerâmica figurativa, criando, sobretudo presépios, o Santo António e a Nossa Senhora do Ó; e Fernando Russo, de Barcelos, conhecido pelas suas representações de Cristo, mas que nesta mostra traz um imponente ouriço.

# PAULO DO NASCIMENTO CABRAL DEFENDE **QUOTAS DE PESCA PLURIANUAIS E RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DO BACALHAU**

O Eurodeputado do PSD Paulo do Nascimento Cabral participou na missão da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu à Dinamarca, tendo referido estar *“muito satisfeito por participar nesta missão, pelo programa muito completo, mas também pelo momento em que ocorre, muito importante na preparação da próxima presidência do Conselho da União Europeia, em que a Dinamarca assumirá esse papel a partir de 1 de julho, sendo sob a sua presidência que vamos definir as quotas de pesca para o próximo ano e debater o Pacto do Oceano”*.



A missão contou com a participação de mais seis eurodeputados, de vários grupos políticos, tendo começado por Aalborg, seguindo para o porto de Skagen e Hirtshals, em que houve a oportunidade de visitar a indústria de peixe e duas embarcações de pesca, uma de grandes dimensões que opera no mar do Norte, Estreito de Bering ou mesmo nas águas da Islândia e da Irlanda, dedicada principalmente ao arenque e à cavala, através de arrastão, e outra de pesca mais costeira, dedicada ao camarão. “Foi impressionante ver a qualidade e higiene destas embarcações, mas acima de tudo o nível de tecnologia existente, pois ambas requerem muito menos mão de obra, logo com pequenas tripulações, o que permitiu fazer face à dificuldade de trazer gente para o setor. Mas mesmo a pequena embarcação, com apenas três elementos, no seu interior tinha uma autêntica unidade industrial, com diversos tapetes e equipamentos que permitiam fazer a seleção do camarão por calibre, aplicar uma cozedura, e levar em poucos segundos a -1°C, terminando com a sua pesagem e embalagem. Este é um modelo que temos de replicar. Permite poupar imenso trabalho, custos, mas

*também garante a melhor qualidade do pescado. Por outro lado, tenho de destacar a quantidade de pescado que é transformado em farinha e óleo de peixe, para alimentação animal e rações, utilizando peixe fresco, mas também as sobras da transformação e restauração. Não obstante, não podemos deixar de nos questionarmos se fará sentido, quando importamos, para a União Europeia, 70% do pescado que consumimos?”.*

A missão, antes de partir para a capital Copenhaga, ainda possibilitou a oportunidade de visitar o leilão de peixe que decorre, segundo o Eurodeputado, “num modelo muito tradicional, sem grandes tecnologias, em que os compradores percorrem as caixas de peixe fresco e fazem as suas ofertas”, bem como o Oceanário do Mar do Norte, “que conta também com um tanque de testes de diversos equipamentos e artes de pesca, de modo a perceber quais os mais eficientes e que levarão à redução do consumo de combustível e menor destruição dos fundos marinhos”. A primeira parte da missão terminou com uma reunião com o Ministro dinamarquês das Pescas e da Agricultura, bem como com o Comissário das Pescas e Oceanos.

Na ocasião, Paulo do Nascimento Cabral teve a oportunidade de solicitar “à próxima presidência do Conselho da UE e à Comissão Europeia, que tratasse do processo de definição das oportunidades de pesca de forma mais célere, mas que também ajudasse a sensibilizar a Noruega para a situação de quase monopólio na venda de bacalhau para Portugal desde que foram aplicadas as sanções à Rússia, em que a partir daí o preço subiu muito, estando a causar muitos prejuízos às empresas portuguesas. Esta situação tem de ser invertida. Alertei ainda para a necessidade de continuar a proteger o setor da pesca nas Regiões Ultraperiféricas, desde logo restabelecendo o POSEI-Pescas”.

Já em Copenhaga, os eurodeputados foram recebidos pelo Presidente do Parlamento nacional, num encontro “em que abordámos, entre outros assuntos, a situação da Gronelândia e o interesse dos Estados Unidos na sua anexação. Percebi, como é óbvio, que não cederão em nada, lamentaram até que eram aliados dos EUA e combateram ao seu lado nas guerras em que foram solicitados, sendo inclusive o aliado com mais baixas em percentagem da população, pelo que tudo isto foi considera-

*do de uma forma muito negativa. Não obstante, também demonstraram grande respeito pela Gronelândia e pelo seu estatuto, reconhecendo que a Dinamarca pode fazer mais para fortalecer esta relação, e ressaltando que também elegem deputados para o Parlamento Dinamarquês”.*

Paulo do Nascimento Cabral concluiu, afirmando ter percebido que os dados sobre o goraz não são animadores, tendo acrescentado que “ainda reunimos com a Agência Europeia do Ambiente e com o ICES - International Council for the Exploration of the Sea (entidade que aconselha a Comissão Europeia na definição das quotas de pesca), onde tive a oportunidade de destacar o que os Açores estão a fazer na proteção do seu mar em 30% de Áreas Marinhas Protegidas, tendo recebido com muito orgulho os elogios destas entidades aos Açores, e lembrei a aprovação na Comissão das Pescas do meu projeto-piloto para a instalação do Observatório Europeu do Mar Profundo nos Açores, tendo sido considerada uma excelente iniciativa. Mas também solicitei que as propostas enviadas à Comissão Europeia para a definição de quotas fossem com horizontes plurianuais, pois os nossos pescadores precisam de estabilidade e previsibilidade e não podem esperar até quase ao fim de dezembro para perceber o que irá acontecer a partir de janeiro. Além disto, estas propostas têm de ter em conta os três pilares da sustentabilidade: ambiental, claro, mas também uma avaliação social e económica, pois algumas das decisões têm impactos dramáticos na vida dos nossos pescadores e comunidades piscatórias”.



# CÂMARA DE BRAGA INVESTE 1,7 MILHÕES DE EUROS NO MUSEU DA FÁBRICA CONFIANÇA

**A Câmara de Braga vai investir mais de 1,7 milhões de euros na criação do Museu da Fábrica Confiança, para salvaguardar a memória daquela antiga unidade industrial da cidade. A residência deve estar pronta em finais do ano.**

Em reunião do executivo, foi aprovado o projeto da 1.ª fase da obra, de caráter infraestrutural e relativa à instalação de mobiliário fixo, que representa um investimento de 1,1 milhões de euros.

A segunda fase, orçada em perto de 600 mil euros, abrangerá a produção de estudos e conteúdos, a aquisição de equipamentos multimédia, ações de comunicação e acessibilidades, bem como serviços de gestão.

O projeto é cofinanciado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvol-

vimento Regional, através do Programa Regional Norte 2030.

Paralelamente, decorrem as obras para instalação de uma residência universitária, com 786 camas, na antiga fábrica de sabonetes Confiança, num investimento de 25,5 milhões de euros.

A fábrica Confiança foi inaugurada em 1921, tendo produzido perfumes e sabonetes até 2005.

Em 2012, foi adquirida pela Câmara de Braga, então presidida pelo socialista Mesquita Machado, por 3,6

milhões de euros.

Chegou a ser aberto um concurso de ideias para o edifício, mas em 2013 a câmara mudou de mãos e em setembro de 2018 a nova maioria PSD/CDS-PP votou pela venda, alegando que, por falta de fundos disponíveis para a reabilitação, o edifício se apresentava em *“estado de degradação visível e progressiva”*.

A câmara promoveu duas hastas públicas para tentar alienar o imóvel, pelo preço base de 3,6 milhões de euros, mas não apareceu nenhum interessado.

Por isso, a câmara optou pela transformação do edifício em residência universitária, aproveitando os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Além de combater o défice de camas para estudantes, o projeto tem como objetivo a preservação e regeneração de um edifício classificado como Monumento de Interesse Público desde 2020, *“revitalizando e regenerando uma importante área urbana da cidade”*.





# CÂMARA DE LISBOA CONGRATULA-SE COM MARCHAS POPULARES NO INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

**A Câmara de Lisboa e a Associação das Coletividades do Concelho congratularam-se com a inscrição das Marchas Populares no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial pela importância enquanto reflexo da comunidade envolvente.**

*“As nossas marchas representam a alma da cidade de Lisboa. Ano após ano, milhares de pessoas assistem a este desfile absolutamente único do orgulho e das identidades dos nossos bairros e freguesias, naquele que é um dos momentos altos das nossas Festas de Lisboa”, salienta o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas.*

Também em comunicado, a ACCL – Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa refere ter sido “com alegria” que viu a inscrição das Marchas Populares de Lisboa no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial ser “bem sucedida”.

Segundo o anúncio publicado em “Diário da República”, a proposta partiu do presidente do Património Cultural – Instituto Público, João Soalheiro, que destacou a importância de que se reveste esta manifestação do património cultural imaterial “enquanto reflexo da identidade da comunidade envolvente e os processos sociais e culturais nos quais teve origem e se desenvolveu a manifestação do património cultural imaterial na contemporaneidade”.

Ainda de acordo com o anúncio, foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, bem como a inscrição da manifestação cultural Marchas Populares de Lis-

boa no Inventário reflete os critérios constantes no regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

As Marchas Populares de Lisboa são um dos principais eventos do cartaz anual das Festas da Cidade.

Na nota da Câmara de Lisboa, o município recorda que a candidatura, promovida pela ACCL com o apoio da autarquia, “tinha sido entregue em abril de 2024 e implicou uma pesquisa científica de dois anos, liderada pela antropóloga Marina Pignatelli, da Universidade de Lisboa”.

“As Marchas Populares de Lisboa são reconhecidas como uma celebração

*festiva e bairrista com uma importância extraordinária, caracterizadas pela dança em desfile, acompanhada de música, poesia e canto. Os representantes dos bairros participantes, num total de 68 pessoas por bairro, incluem 50 marchantes, porta-estandarte, oito músicos (conhecidos como “Cavaliinho”), o par de padrinhos e mascotes, cinco aguadeiros, além do ensaiador e do organizador da marcha de cada coletividade”, destaca o município.*

A tradição, ainda segundo a Câmara de Lisboa, remonta à Alta Idade Média, tendo evoluído a partir dos arraiais juninos tradicionais, até se estruturar como é conhecida hoje.



# CASCAIS LANÇA PLANO DE MITIGAÇÃO DA POBREZA ENERGÉTICA

**Cascais aprovou 500 candidaturas ao Fundo Verde para aumento da eficiência energética das famílias, num investimento de mais de 2 milhões de euros no âmbito do plano de mitigação da pobreza energética.**

*“Diria que foi um sucesso e que deve ser um projeto para continuar e iremos continuar a reforçar as verbas necessárias de acordo com aquilo que continue a ser a adesão dos municípios ao plano do Fundo Verde Municipal”, afirmou o vice-Presidente da Câmara de Cascais, Nuno Piteira Lopes.*

O Fundo Verde de Apoio às Famílias, lançado em dezembro passado, possui já 400 candidaturas aprovadas do 1.º ao 4.º escalão do IRS - Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Singulares e perto de 100 do 5.º e 6.º escalão, num “valor que ascende já neste momento a 2 milhões de euros de candidaturas aprovadas”, avançou o autarca.

*“Nós disponibilizámos inicialmente uma verba de 2 milhões de euros que, neste momento, já foi reforçada para 3 milhões de euros”, frisou Piteira Lopes.*

Para assinalar o Dia Mundial da Energia, que se comemorou no dia 29 de maio, a autarquia promove uma conferência na Nova SBE, em Carcavelos, onde vai apresentar um balanço do Fundo Verde e o Plano Municipal de Mitigação da Pobreza Energética (PMMPE) de Cascais, no qual estará inserido o apoio às fa-

mílias do concelho.

De acordo com Piteira Lopes, o apoio do Fundo Verde “varia consoante a tipologia dos escalões” do IRS dos candidatos.

Segundo o autarca, “as tipologias de classes mais altas têm procurado fazer intervenções a nível dos painéis fotovoltaicos, das bombas de calor, do isolamento térmico das casas através do revestimento de capoto e também substituição de caixilharia com vidro duplo e corte térmico para as suas habitações”.

O Fundo Verde apoia os municípios até ao 6.º escalão de IRS, com domicílio fiscal no concelho, no financiamento ou comparticipação na substituição de janelas ou de eletrodomésticos pouco eficientes, na instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo ou na aquisição de sistemas solares térmicos para aquecimento de águas.

As famílias entre o 1.º e o 4.º escalão podem beneficiar através de um protocolo com Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), com a antecipação do cofinanciamento, que também é superior e progressivo nestes casos.

As famílias do 5.º e 6.º escalão de-

vem candidatar-se através do município, submetendo a documentação necessária na plataforma disponível e, neste caso, a comparticipação será realizada através de reembolso.

O município conta para já com a parceria de seis IPSS, que asseguram o processo de candidatura e execução das intervenções, “permitindo ultrapassar o défice de literacia digital e energética e fazendo os pagamentos diretamente aos instaladores”, notou fonte municipal.

O executivo camarário aprovou, em abril, o PMMPE, que está alinhado com a Estratégia Nacional de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética e visa a sua erradicação até 2050 em Cascais.

O plano sistematiza e amplifica todas as medidas lançadas pela autarquia, propondo objetivos e metas por década, incluindo como primeiro eixo o relacionado com “Habitação: promover a sustentabilidade energética e ambiental”, que visa aumentar a eficiência e descarbonização dos consumos.

No segundo eixo, “Serviços de Energia: promover o acesso universal a serviços energéticos essenciais”, pre-

tende-se reduzir o número de agregados familiares com dificuldade em pagar os serviços energéticos essenciais e a proteção dos consumidores vulneráveis, enquanto na “Ação Territorial Integrada” se reforça a ação das estruturas locais e oferta de habitação pública de elevado desempenho energético, coordenando as ofertas do Estado e municipal.

O quarto eixo, “Capacitação e Disseminação: promover o conhecimento e a atuação informada”, prevê o aumento da identificação de agregados familiares em situação de pobreza energética e da literacia energética, estímulo da investigação e inovação e da formação de profissionais para intervenções de reabilitação, eficiência energética e energia renovável nas habitações.

Para o vice-Presidente da autarquia, o principal desafio passa por se perceber “que é mesmo uma urgência toda esta temática que tem a ver com as alterações climáticas, a sustentabilidade, a pobreza energética” e, se todos contribuírem, “por muito pouco que seja”, darão “um grande contributo” para o país, a Europa e o próprio planeta.

# GOVERNOS DO PS FORAM NEGLIGENTES NO TRANSPORTE AÉREO AÇORES-CONTINENTE

**O Presidente do Governo dos Açores manifestou-se satisfeito por “finalmente” o Estado cumprir uma obrigação que “negligenciou desde 2015”, nos governos PS, com as obrigações de serviço público aéreo no arquipélago.**

*“Os governos do PS e o ministério de Pedro Nuno Santos nunca cumpriram as suas obrigações” com o serviço público aéreo nos Açores, sendo que o atual governo “resolveu pôr mãos à obra e concretizou”, afirmou José Manuel Bolieiro.*

O líder do executivo açoriano falava aos jornalistas após uma audiência concedida ao conselho diretivo da AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). O concurso para as Obrigações de Serviço Público aéreo nos Açores foi publicado em Jornal Oficial da União Europeia, com entrada em vigor em setembro.

Na nota informativa da Comissão Europeia, é aberto o “convite à apresentação de propostas para a exploração de serviços aéreos regulares de

*acordo com as obrigações de serviço público”.*

Em causa estão as ligações entre as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria com Lisboa e entre a Terceira e São Miguel com o Funchal, na Madeira.

*“A minha primeira palavra é de satisfação. Tarde é o que nunca chega. No entanto, tivemos aqui prejuízos durante estes dez anos porque o serviço de obrigação pública foi cumprido pela SATA nas ‘gateways’ não liberalizadas [sem contrapartidas financeiras], designadamente nos aeroportos da Horta, do Pico e de Santa Maria”, afirmou Bolieiro.*

O presidente do Governo Regional refere que, ao assumir essas rotas, o grupo SATA viu ser “deficitária a operação e destabilizou as contas

*operacionais”, mas “ainda serviu os açorianos e a ligação entre os Açores e o continente”.*

O Governo reforçou em 17,5 milhões de euros as ligações de serviço público aéreo dos Açores com o continente e Madeira, totalizando 62,5 milhões, depois de o anterior concurso ter ficado deserto, segundo foi revelado em 30 de dezembro.

Segundo a resolução publicada em Diário da República, o Conselho de Ministros autorizou o aumento do valor do concurso destinado a assegurar as rotas não liberalizadas Lisboa-Horta, Lisboa-Santa Maria, Lisboa-Pico e as ligações entre as ilhas de São Miguel e Terceira com o Funchal pelo período de cinco anos.

# GOVERNO DOS AÇORES INTEGRA PROJETO EUROPEU PARA AUTOSSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Governo dos Açores passou a integrar o projeto europeu Remote, que visa promover a autossuficiência energética nas regiões ultraperiféricas (RUP) da União Europeia, revelou hoje o executivo açoriano.

A participação da região no projeto Remote – Reshaping Energy Models for Outermost Territories (Reformulação dos modelos energéticos para os territórios ultraperiféricos) faz-se através da Direção Regional de Energia, numa iniciativa cofinanciada pelo programa Interreg Europe.

O Remote tem a duração de oito semestres, reunindo as sete RUP, com o “objetivo comum de desenvolver políticas regionais que conduzam à autossuficiência energética”.

O projeto, de acordo com uma nota de imprensa, pretende “responder a estas dificuldades através do reforço

de políticas públicas inovadoras, da descentralização dos sistemas energéticos, do combate à pobreza energética e do estímulo à investigação e inovação nos territórios envolvidos”.

Os Açores vão dispor de um orçamento de cerca de 196 mil euros para desenvolver as suas ações no âmbito do projeto, integrado num montante global de cerca de 1,7 milhões de euros.

Na nota de imprensa é sustentado que estas regiões, “devido à sua insularidade e localização remota, enfrentam desafios muito específicos”.

“Apesar dos avanços significativos na adoção de energias renováveis,

continuam a depender fortemente de combustíveis fósseis, uma realidade agravada por sistemas energéticos isolados, sem ligação às redes continentais, o que torna mais difícil garantir um fornecimento estável e sustentável”, sublinha a nota.

Na página oficial do Remote, pode é indicado que o objetivo é o fornecimento de energia com múltiplas opções para tecnologias Integradas à base de hidrogénio. O projeto visa “demonstrar a viabilidade técnica e económica de duas soluções de armazenamento de energia de H2 (hidrogénio) baseadas em células de combustível”.



Número 661 • 3 DE JUNHO DE 1987 • Preço 30\$00



# Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALDEMOCRATA • Director: Vitor Crespo



**Só o PSD tem condições para formar um Governo coerente e credível**

## PORTUGUESES VÃO FAZER MAIS FORTE O PSD

— afirmou  
Cavaco Silva  
na Conferência  
de Imprensa  
de apresentação  
de  
candidaturas  
e da  
estratégia  
eleitoral



(Pág. 2)

### Encontro Nacional das Mulheres Sociais-Democratas

As mulheres sociais-democratas vão reunir-se pela primeira vez em encontro nacional no próximo dia 20 de Junho, no FORUM PICOS, entre as 9.30 h e as 19.30 h.

O presidente do nosso Partido, Prof. CAVACO SILVA, preside à abertura do encontro, que vai debater o tema «A MULHER E A POLÍTICA».

**NÃO FALTE! A SUA PRESENÇA É FUNDAMENTAL  
TRAGA CONSIGO UMA SIMPATIZANTE DO PSD**

EDIÇÃO N.º 661 do “Povo Livre” | de 3 de junho de 1987

“Portugueses vão fazer mais forte o PSD”.

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)

## SECÇÕES

### LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir no próximo **dia 13 de junho, (sexta-feira) pelas 21H00**, na sede sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Autárquicas 2025;
3. Outros assuntos.

### MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Secção da Moita para uma reunião, no **dia 15 de junho de 2025, domingo, às 18H00**, na sua sede, Rua José Afonso nº 20, 2860-378 Moita, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações gerais;
2. Aprovar o programa eleitoral, sob proposta da Comissão Política, nos termos do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos Nacionais do PSD;
3. Análise da situação política partidária.

### PORTALEGRE

Ao abrigo dos estatutos do Partido Social Democrata convoco o(a) companheiro (a) para uma Assembleia Distrital do PSD a realizar no próximo **dia 14 de Junho de 2025 (sábado) pelas 17H30** no Sede Distrital do PSD, situada na R. Combatentes da Grande Guerra, 17 em Portalegre com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise dos resultados das Eleições Legislativas;
2. Eleições Autárquicas 2025;
3. Outros assuntos

### VALENÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Valença, para reunir no **dia 18 de junho de 2025 pelas 21H00** na sede concelhia, sita na Avenida S. Teotónio, Edifício Manuel Temporão, Loja 16, em Valença, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, sobre proposta da Comissão Política, nos termos do disposto na alínea t) do n.º 2 do artigo 53º dos Estatutos Nacionais do PSD.

*Nota: Se à hora prevista não se verificar quórum, a assembleia funcionará meia hora mais tarde, com qualquer número de militantes.*

### VEISEU

o abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Viseu para reunir, no **dia 16 de junho de 2025, segunda-feira, pelas 21H00**, na Sede Distrital e Concelhia do Partido, sita à Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº 9, Edifício Vasco da Gama, Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política partidária;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais e aprovar o Programa Eleitoral;
4. Outros assuntos.

# CONVOCATÓRIAS JSD



**RECEÇÃO** SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)

### CONSELHO DISTRITAL DO ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital do Algarve, a reunir no **dia 14 de junho de 2025 (sábado), pelas 15h00**, na Sede do PSD/Algarve, sita no Beco Frei André Álvares, 56, 8000 – 285 Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise dos resultados eleitorais e da situação política nacional e regional;
3. Eleições Autárquicas;
4. Outros assuntos.

### ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Águeda, para reunir no próximo **dia 20 de junho de 2025**, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira nº 13, **pelas 21h**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política nacional;
2. Análise da situação política local;
3. Ponto de situação da Campanha Autárquica.

### FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Felgueiras, para reunir no **dia 04 de julho pelas 21h30** na sede do PSD/JSD concelhia, sita na Rua Luís de Camões - Loja R/C - 4610-196 Felgueiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação do plano de atividades;
3. Análise e balanço do atual mandato;
4. Análise da situação política;
5. Outros assuntos.

### SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocamos todos os militantes da JSD Sintra para o Plenário Concelhio, a realizar-se no próximo **dia 16 de junho de 2025, pelas 20h45**, na sede do PSD Sintra, sita na Rua Mário Costa Lima, nº11, Loja Esq., Portela de Sintra, 2710-430 Sintra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Reflexão sobre os resultados das eleições legislativas, a nível nacional e local;
2. Discussão sobre as eleições autárquicas e os desafios da juventude em Sintra;
3. Apresentação e discussão do balanço de atividade da Comissão Política Concelhia.

## VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Viseu, para reunirem no **dia 21 de junho de 2025, pelas 18:00 horas**, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira, Loja N.º 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política Atual;
3. Apresentação e Aprovação do Plano de Atividades 2025;
4. Outros assuntos.

## NÚCLEO DA CAMPANHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes do Núcleo de Campanhã para reunirem no **dia 5 de julho de 2025 (sábado), pelas 11h00**, na sede do PSD/JSD Paranhos Porto, sito à Rua do Campo Lindo, n.º 63, 4200 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

*Nota: As urnas estarão abertas entre as 11h00 e as 13h00.*

*As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio do Porto via e-mail para [rabnn@hotmail.com](mailto:rabnn@hotmail.com) até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.*

## NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis convocam-se os militantes do Núcleo do Centro Histórico para reunirem no **dia 5 de julho de 2025 (sábado), pelas 11h00**, na sede do PSD/JSD Paranhos, sito na Rua do Campo Lindo, n.º 63, 4200 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

*Nota: As urnas estarão abertas entre as 11h00 e as 13h00.*

*As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio do Porto via e-mail para [rabnn@hotmail.com](mailto:rabnn@hotmail.com) até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.*

## NESD / UNIVERSIDADE DO MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na UM – Universidade do Minho, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no **dia 20 de junho de 2025, das 17h00 às 19h00**, na Sede Distrital do PSD Distrital de Braga, R. de Santa Margarida 2A, 4710-362 Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do NESD-UM.

*Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Braga, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.*